

Tales Faria

Lula manterá Wagner no cargo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou claro ao líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), que não pretende afastá-lo do cargo neste momento. O senador foi alvo da nova fase da Operação Compliance Zero da Polícia Federal, deflagrada nesta quinta-feira, 18, que investiga o esquema de fraudes envolvendo o Banco Master.

Ao autorizar a operação, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, relator do caso, afirmou que o senador “é apontado pela PF como suposto beneficiário central das vantagens econômicas investigadas, figurando como agente público em favor de quem teriam sido estruturados pagamentos, benefícios e aquisições patrimoniais”.

Wagner disse ao presidente que está “tranquilo quanto a provar a inocência”. Mas sugeriu que pode sair se Lula assim o quiser. A resposta do presidente foi de que não teve oportunidade de se defender no caso da Lava Jato e que não fará isso com ninguém.

“Brigue por sua inocência, prove que não tem nada a ver com isso”, disse Lula. Os dois conversaram por telefone, pois o líder estava na Bahia. A conversa foi classificada pelo senador como uma “manifestação de solidariedade” do presidente.

Ele se sentiu seguro, inclusive, para declarar em entrevista à Band News:

“O presidente Lula ligou para se solidarizar comigo, dizer que mantém absoluta confiança, a gente se conhece há 48 anos. Portanto, ele sabe como é o meu modo de agir. Ele só ligou para dizer: ‘Fique firme, essa é uma tentativa de desestabilizar você, mas conte com a minha confiança.’”

A avaliação no Palácio do Planalto é de que não haveria nenhum ganho com o afastamento de

Wagner da liderança. O estrago político já está feito desde o momento em que a PF deflagrou a operação. Alguns auxiliares do presidente acham que, ao contrário, a saída de Jaques Wagner soaria como uma confissão de culpa.

Na equipe de campanha, a ordem é emplacar o discurso de que somente no governo do PT a PF teria liberdade para fazer busca e apreensão contra um líder do governo. Lembrar o quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afastou seu ministro da Justiça, o hoje senador Sérgio Moro, porque queria impedir investigações da PF sobre seus filhos.

Em uma reunião ministerial cujo vídeo vazou, Bolsonaro reclamou da falta de informações da PF e afirmou que iria interferir:

“Eu não vou esperar f* minha família toda de sacanagem, ou amigo meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence à estrutura. Vai trocar. Se não puder trocar, troca o chefe dele. Se não puder trocar o chefe. Troca o ministro [olhou na direção de Moro]. E ponto final. Não estamos aqui para brincadeira.”

Agora pré-candidato ao governo do Paraná pelo PL, Sérgio Moro participou de evento nesta quinta-feira ao lado do pré-candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL) em que defendeu a atuação do ex-presidente na área de segurança.

O PT, no entanto está dividido. O ex-líder na Câmara Rogério Correia (MG) postou nas redes sociais: “Na condição de investigado, Jaques Wagner deve se afastar da liderança do governo para se dedicar à sua defesa, resguardada a presunção de inocência. A Polícia Federal está fazendo seu trabalho, e quem cometeu irregularidades deve responder por elas.”

Fernando Molica

Roubo: nem regra, nem exceção

A entrada do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), no rol formal de investigados por suspeita de participação no mega esquema do Banco Master reforça que a corrupção não chega a ser uma regra na política brasileira, mas também não deve ser considerada uma exceção.

Como sempre, é preciso aguardar mais investigações e provas, não generalizar, não partir para a lógica de que todos os políticos e partidos são iguais, que ninguém presta, que todo mundo é safado. Há diferenças importantes entre suspeitos, mas é inegável que a cultura do malfeito passou a fazer parte da estrutura da nossa democracia.

Uma parte daqueles que elegemos vê em seus mandatos uma espécie de passe livre para a obtenção de vantagens pessoais, estão lá para isso. Outros não chegam a priorizar a roubalheira, mas não dispensam um faz-me rir, uma, digamos, ajuda para a campanha eleitoral.

O processo de corrupção é facilitado pela lógica institucional brasileira, protagonizada, na maioria dos casos, por partidos e políticos que, em público, apresentam-se como representantes de interesses genéricos, palavras e expressões feitas mais para esconder do que para revelar — e tome de defesa de supostos interesses da comunidade, das famílias, da pátria, de Deus.

Políticos que tanto repetem esses chavões sabem que as brigas são outras, têm a ver com uma disputa de interesses — alguns legítimos, outros nem tanto —, de projetos que, de um jeito ou de outro, envolvem recursos públicos.

São discussões que deveriam ser mediadas por um viés ideológico: a esquerda, de um modo geral,

defende recursos para escolas públicas; setores de direita radicalm adeptos de teses liberais preferem, como tantas vezes verbalizou Paulo Guedes, o fornecimento de vouchers para estudantes se matricularem na rede privada.

As opções podem e devem ser discutidas. O problema é quando a conversa se dá não por diferentes visões de mundo, mas por jogadas ligadas ao bolso de gestores ou parlamentares. A inexistência de compromissos mínimos dos partidos estimula a formação de blocos do eu-sozinho. E aí, cada um um defende seu próprio interesse; não raras vezes, o de terceiros. O PSD teve ministros nos governos Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Lula 3 — e isso é visto como normal.

Não existe sistema político imune à corrupção, o exercício de qualquer poder atrai interesses e ofertas de cooptação. Mas a exigência de um ideário mínimo ajudaria a prevenir alguns absurdos ou, pelo menos, demandaria um mínimo de postura. O negócio por aqui ficou tão escandaloso que a expressão “fazer política” passou a ser quase sinônimo da oferta de vantagens em troca de votos no Congresso.

A operação contra o ex-governador baiano, líder do governo do Senado, indica que a PF, a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal não têm protegido alvos nos poderes Legislativo e Executivo, mas ressalta também uma aparente passividade em relação ao Judiciário. As suspeitas em relação aos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes são muito relevantes para que sejam ignoradas.

EDITORIAL

Tempo técnico na Copa que vira dinheiro

A Copa do Mundo de 2026 promete ser histórica por diversos motivos: será a primeira com 48 seleções, terá três países-sede e alcançará uma audiência global estimada em bilhões de espectadores. Mas há um aspecto menos debatido que merece atenção: a crescente transformação das pausas para hidratação dos atletas em oportunidades de faturamento para a FIFA e para as empresas detentoras dos direitos de transmissão.

As pausas para hidratação surgiram como uma medida de proteção à saúde dos jogadores. Em um cenário de temperaturas elevadas e exigência física extrema, interromper a partida por alguns minutos tornou-se uma necessidade médica. O objetivo original era simples e legítimo: preservar a integridade física dos atletas. Entretanto, à medida que o futebol se converte em um produto de entretenimento cada vez mais sofisticado e rentável, esses momentos passaram a ser vistos sob a lógica do mercado.

Para as emissoras de televisão e plataformas digitais, as pausas representam um raro instante de interrupção em um esporte que tradicionalmente oferece poucas oportunidades para inserções publicitárias durante a bola rolando. Diferentemente do futebol americano, do basquete ou do beisebol, o futebol possui fluxo contínuo, limitando a exibição de comerciais sem comprometer a experiência do espectador. As pausas para hidratação, portanto, criam uma janela valiosa para a venda de espaços publicitários adicionais.

O resultado é um novo ativo econômico. Cada interrupção de dois ou três minutos pode significar milhões de dólares em receitas de publicidade, especialmente em partidas de grande audiência. A FIFA, por sua vez, beneficia-se indiretamente desse modelo ao

valorizar ainda mais os direitos de transmissão, principal fonte de receita da entidade. Quanto mais oportunidades de monetização as emissoras enxergam no produto Copa, maior tende a ser o valor pago pelos contratos futuros.

Não há nada de ilegal ou necessariamente inadequado em gerar receitas a partir de um evento esportivo global. O problema surge quando a lógica comercial começa a se sobrepor ao propósito original da medida. É legítimo questionar se uma pausa criada para proteger atletas não corre o risco de ser gradualmente incorporada ao espetáculo como mais um intervalo programado para anunciantes. O que nasceu como exceção pode tornar-se parte permanente da engrenagem econômica do torneio.

Além disso, existe uma questão simbólica. O futebol sempre se destacou por sua simplicidade e continuidade. A emoção de um jogo está justamente em sua fluidez, na imprevisibilidade dos lances e na ausência de interrupções para consumo publicitário. Quando cada minuto disponível passa a ser convertido em oportunidade de venda, reforça-se a percepção de que o esporte está subordinado aos interesses comerciais.

A Copa de 2026 será, sem dúvida, um enorme sucesso financeiro. FIFA, patrocinadores, emissoras e plataformas digitais colherão receitas recordes. No entanto, é importante que os responsáveis pelo torneio não percam de vista um princípio fundamental: medidas destinadas à proteção dos atletas devem existir em função do esporte e da saúde dos jogadores, e não como instrumentos para ampliar lucros. Quando até a hidratação se transforma em negócio, vale perguntar onde termina a necessidade esportiva e onde começa a estratégia comercial.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago LadeiraTelefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.